

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**  
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 15 DE**  
3 **AGOSTO DE 2017, ÀS 14H HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO**  
4 **MENDES.**

5 Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na  
6 Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, regimentalmente  
7 convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius David e com as  
8 presenças dos Conselheiros: Ana Livia de Souza Coimbra, Eduardo Antônio Salomão  
9 Condé, Marcos Tanure Sanabio, Marcos Souza Freitas, Marina Monteiro de Castro e  
10 Castro, Milene de Oliveira, Samuel Rodrigues Castro, Raquel Fellet Lawall, Ricardo de  
11 Cristofaro, Ana Paula Ferreira, Wilhelm Passarella Freire, Altemir José Gonçalves  
12 Barbosa, Virgílio César da Silva e Oliveira, José Gustavo Francis Abdala, Jorge Carlos  
13 Felz Ferreira, Lourival Batista de Oliveira Júnior, André Silva Martins, Jeferson  
14 Macedo Vianna, Zuleyce Maria Lessa Pacheco, Hélio Antônio da Silva, Marcelo da  
15 Silva Silvério, Maria Alice Junqueira Caldas, Rogério de Souza Sérgio Ferreira, Maria  
16 Cristina Vasconcellos Furtado, Maria das Graças Afonso Miranda Chaves, Cristina  
17 Simões Bezerra, Rubens Luiz Rodrigues, Andréa Vassallo Fagundes, Arthur Alfredo  
18 Nunes Avelar, Vítor Furtado, Laura Matos Vasconcelos, Welton de Abreu Henriques,  
19 Ronaldo Dias da Silva, Ricardo Bonfante, Pâmela Emanuelle Julião, Pedro Henrique  
20 Cuco, Márcio Roberto Sá Fortes, e Heronides Filho realizou-se uma reunião  
21 extraordinária do egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora.  
22 Justificadas as ausências dos Conselheiros Liamara Scortegnana, Flávia Cavalieri  
23 Machado, Schirley Maria Policário, Henrique Duque, Girlene Alves da Silva, Aline  
24 Araujo Passos, Dimas Augusto de Carvalho, Denis Alves Perdigão, Ângelo Marcio  
25 Leite Denadai e Peterson Marco de Oliveira Andrada. Havendo número legal, o Senhor  
26 Presidente deu início à sessão, esclarecendo que o foco da reunião será retomar a  
27 discussão sobre o orçamento visando, desta forma, deliberar sobre o orçamento de  
28 capital. Inicialmente, o Senhor Presidente ponderou sobre a necessidade de  
29 contextualizar o assunto, tendo em vista que houve alguns avanços na discussão do  
30 tema, desde a última reunião do Conselho sobre esta matéria. Esclareceu que o mês de  
31 agosto é o final do prazo para que o governo possa enviar ao Congresso a proposta  
32 orçamentária 2018. Ressaltou que, tendo por base as discussões que estão sendo  
33 realizadas na Andifes, bem como com os reitores, há um indicativo de que os  
34 prognósticos mais pessimistas, quando se debatia a emenda do teto de gastos no ano  
35 passado, estão se confirmando. Pontuou que o governo encontra-se em uma sinuca  
36 fiscal, pois não está conseguindo organizar boas saídas para a questão orçamentária.  
37 Ressaltou que isto se deve, em parte, pelo impacto da crise econômica, somada à  
38 variável colocada acerca da questão do teto do gasto. Ressaltou que a equipe econômica  
39 tem buscado propor um novo parâmetro de déficit, contudo, está sofrendo a pressão de  
40 que aquele parâmetro de déficit não permitirá manter as atividades do Estado até o final  
41 do ano. Desta maneira, asseverou que a situação fiscal do Brasil está muito ruim.  
42 Esclareceu que este cenário impacta a realidade da UFJF. Informou que, na madrugada  
43 do dia 12 de agosto, o Governo disponibilizou os limites orçamentários de custeio dos  
44 recursos de tesouro e os recursos de receitas próprias da Universidade. Pontuou que não  
45 foi liberado, ainda, o limite de capital para 2018. No que tange ao orçamento de custeio  
46 do tesouro, para 2018, foi apresentado um limite de 67 milhões. Lembrou que, no ano  
47 de 2017, o limite apresentado foi de 66 milhões. Ressaltou que o MEC informa que fez  
48 um sacrifício imenso para conseguir manter o mesmo montante de orçamento de custeio  
49 para distribuir para as universidades. Entretanto, o MEC ainda não tem equacionado,  
50 para 2018, o valor a ser liberado para recursos para capital. Ressaltou que, dentro deste

1 contexto, houve a informação de que haverá vinculação com o orçamento da fonte 250,  
2 ou seja, dos valores relacionados a recursos próprios da universidade. Explicou que,  
3 para manter o valor apresentado, o MEC está indicando que irá cortar o orçamento de  
4 recursos próprios. Neste sentido, o Senhor Presidente fez um adendo, esclarecendo que  
5 historicamente recurso próprio nunca foi um problema orçamentário, pois como o  
6 próprio nome indica, é receita que a própria universidade gera. Explicou que, para  
7 recursos próprios, a universidade projeta a arrecadação e o governo libera o orçamento  
8 no montante que se arrecadou para que se execute. Contudo, como há o teto de gasto,  
9 em 2018 não se pode gastar mais do que em 2017. Sendo assim, esclareceu que a equipe  
10 econômica está pegando o gasto de 2017, fazendo a correção inflacionária e o montante  
11 obtido é o valor que se poderia gastar. Ponderou que a equipe econômica projetou o  
12 gasto de pessoal e deduziu deste montante. Projetou o que as universidades estão  
13 prevendo de receita própria e também deduziu deste teto. Sendo assim, a diferença será  
14 o que o MEC vai receber de orçamento de recursos do tesouro para fazer o seu  
15 funcionamento. Sendo assim, a equipe orçamentária do MEC está trabalhando com a  
16 premissa de que se houver receita própria, haverá redução dos valores a serem recebidos  
17 a título de receita do tesouro. O Senhor Presidente ressaltou, portanto, que cria-se, deste  
18 modo, uma situação paradoxal, já que as universidades não poderiam mais arrecadar.  
19 Relatou que foi chamado no MEC, pela secretária Iara, pois a UFJF representa motivo  
20 de preocupação, já que possui um dois maiores orçamentos da fonte 250, ou seja, de  
21 receita própria. Ressaltou que a UFJF e a UNB são as universidades com maior  
22 orçamento de receita própria, que correspondem, se somados, por cerca de 30% do  
23 orçamento de fonte 250 do MEC. Esclareceu que, na UFJF, isto se deve ao fato de  
24 possuir os projetos gerenciados pelo CAED. Sendo assim, o MEC esclareceu ser  
25 necessário reduzir o orçamento de receita própria da UFJF e da UNB na metade. O  
26 Senhor Presidente esclareceu que foi chamado no MEC para ser comunicado desta  
27 deliberação, oportunidade em que alertou a secretária do MEC de que este corte iria  
28 gerar impacto para a universidade, pois há projetos com contrato em andamento. O  
29 Senhor Presidente ressaltou que, ao final, o limite de orçamento na fonte 250 da UFJF  
30 foi liberado em 115 milhões, e não em 70 milhões, como primeiramente assinalado.  
31 Esclareceu que a UFJF havia projetado o valor de 158 milhões na fonte 250 e que, tendo  
32 em vista a redução do valor, já alertou à coordenação do CAED da necessidade de se  
33 rever a execução de alguns contratos para o próximo ano, caso não haja nenhuma  
34 alteração deste dado. Pontuou, ainda, que durante a reunião no MEC foi notificado que  
35 ainda não há informações acerca do orçamento de capital para o ano de 2018. Tendo em  
36 vista este cenário, ressaltou que a situação está muito ruim. No que tange ao orçamento  
37 de 2017, o Senhor Presidente esclareceu que tendo em vista a discussão acerca do  
38 aumento do déficit fiscal, caso haja aprovação deste aumento, poderia haver a liberação  
39 de novos limites de orçamento para as universidades. No que tange à UFJF, o Senhor  
40 Presidente esclareceu que a UFJF tem 75% de seu orçamento de custeio liberado para  
41 2017 e que tem conseguido se manter em decorrência de suas receitas próprias, situação  
42 esta diferente de outras universidades que já não possuem mais recursos para finalizar o  
43 ano. Para 2018, o Senhor Presidente explicou que, se houver uma redução da fonte 250  
44 e a manutenção dos recursos de tesouro e, ainda, considerando toda a pressão do  
45 aumento de gastos, como revisões contratuais, não seria possível equacionar o ano de  
46 2018. Destacou que o chamado apagão fiscal está se desenhando e que a situação está,  
47 portanto, complicada. Desta forma, nesta reunião, o Senhor Presidente ressaltou sua  
48 intenção em propor a criação de uma comissão com membros do Conselho Superior e  
49 da Administração Superior para fazer uma análise dos principais gastos da universidade,  
50 especialmente com terceirizações, bolsas, RU, dentre outros, para, assim, poder preparar

1 a universidade para o orçamento de 2018. No que tange ao orçamento de capital, foco  
2 desta reunião, o Senhor Presidente apresentou, por meio de projeção, os valores orçados  
3 e liberados em termos de orçamento de capital. Esclareceu a necessidade de cinco  
4 milhões para finalizar o conjunto de obras da Facom, Faefid e Central de  
5 Monitoramento. Explicou que, além disso, será necessário o investimento para  
6 instalação de equipamentos, tanto na Facom, como na Faefid. Ressaltou que também  
7 haveria a priorização de investimentos no ICB. Ponderou, ainda, sobre a necessidade de  
8 atender ao TAC, assinado com o Ministério Público acerca dos problemas de prevenção  
9 e incêndio do Teatro Central. A previsão seria gastar cerca de 500 mil reais. A ideia,  
10 contudo, seria assumir os gastos com o Teatro Central na reserva técnica da reitoria.  
11 Ressaltou que outra despesa que preocupava é o investimento na subestação elétrica da  
12 faculdade de medicina, contudo, está sendo verificada a possibilidade de alocar esta  
13 despesa dentro dos recursos destinados para a obra do Hospital, tendo em vista que há a  
14 previsão para recursos para infraestrutura de energia. Há outros três problemas de  
15 ordem técnicas que ainda não foram equacionados, quais sejam: deslizamento do Critt  
16 em direção à Faefid, o qual demandaria o investimento de um valor de,  
17 aproximadamente, 700 mil reais; a infiltração do anfiteatro da Engenharia e os  
18 problemas identificados na fachada do João XXIII. Quanto ao primeiro, o Senhor  
19 Presidente explicou que talvez seja possível obter estes recursos por meio de  
20 autorização do MEC de liberação de restos a pagar, já quanto ao segundo e terceiro  
21 problemas citados, o Senhor Presidente informou que está sendo analisado o que poderá  
22 ser feito em termos de recursos centrais. Realizado este relato inicial, o Senhor  
23 Presidente ressaltou que o cenário é desconfortável e não há prognósticos positivos, pois  
24 ainda não se sabe quais serão os limites de orçamento de capital para 2018. Em seguida,  
25 o Senhor Presidente abriu a palavra ao Conselho para manifestações. O Conselheiro  
26 Marcelo Silvério questionou se houve algum avanço nas negociações com o MEC  
27 acerca das obras antigas. O Senhor Presidente esclareceu que foram feitos  
28 questionamentos à CGU sobre a possibilidade de se utilizar os recursos provenientes de  
29 restos a pagar, tendo obtido como resposta aspectos técnicos sobre como efetuar a  
30 operação, mas que caberia a setorial contábil do MEC se manifestar sobre o assunto. O  
31 Senhor Presidente esclareceu que já realizou algumas reuniões junto ao MEC,  
32 apresentando o problema, visando demonstrar a necessidade de tais recursos para,  
33 oportunamente, fazer a consulta final e decisiva sobre a liberação destes recursos.  
34 Ressaltou que a principal interlocutor sobre este assunto é o Professor Barone, o qual  
35 indicou que aguardássemos orientação sobre a forma de encaminhar o questionamento  
36 ao setor contábil do MEC. Contudo, pontuou que, embora seja difícil a liberação deste  
37 recurso junto ao MEC, especialmente devido à necessidade de redução de gastos, caso a  
38 mesma não ocorra, as obras ficarão inacabadas, sem perspectiva de retomada. Isto gera  
39 junto ao Tribunal de Contas responsabilização, por isto, o MEC tem conhecimento de  
40 que precisará viabilizar condições de retomadas destas obras. A seguir, o Conselheiro  
41 Ricardo de Cristóforo, questionou se está havendo a prioridade no que tange ao  
42 atendimento do deslizamento do Critt em direção a Faefid, especialmente por causa da  
43 chegada das chuvas, e ponderou se ao se prever recursos para equipamentos para a  
44 Faefid e a Facom não estaria se priorizando recursos em pontos que poderiam aguardar  
45 um pouco. Questionou ainda de onde seriam retirados recursos para atender ao Termo  
46 de Ajuste de Conduta (TAC) do Teatro Central. O Senhor Presidente esclareceu que, no  
47 que diz respeito ao TAC, a intenção é utilizar recursos de reserva da administração  
48 central. No que diz respeito à drenagem necessária na Faefid, a intenção seria utilizar  
49 recursos de restos a pagar, caso os mesmos sejam liberados. Caso não sejam liberados, o  
50 Senhor Presidente asseverou que este problema ainda não está equacionado. Dada a

1 palavra ao Conselheiro Tanure, o mesmo informou que, inicialmente, a obra da Faefid  
2 estaria orçada em aproximadamente R\$300.000,00 (trezentos mil reais). Contudo,  
3 atualmente, o orçamento da obra está em R\$676.000,00 (seiscentos e setenta e seis mil  
4 reais). O Conselheiro acentuou que o projeto da obra está pronto para ser licitado,  
5 entretanto, foi solicitado que a equipe reveja o orçamento, buscando reduzir, caso  
6 possível, o valor estimado. Ressaltou, ainda, que há uma série de obras a serem licitadas  
7 e que esta, devido à urgência, seria a primeira a ser encaminhada para o processo  
8 licitatório. Quanto ao TAC do Central, o Conselheiro Tanure asseverou que o projeto  
9 será priorizado e que será utilizado o valor de reserva técnica para cumprir o que foi  
10 ajustado. Na sequência, o Conselheiro Jeferson Macedo questionou se, em se tratando  
11 de obras emergenciais, é possível a Universidade captar recursos de outras fontes, além  
12 do MEC. Em relação aos recursos de fonte própria, no caso, 115 milhões previstos, o  
13 Conselheiro questionou ainda, qual o valor efetivamente retorna para a Universidade. O  
14 Senhor Presidente informou que, em 2017, foram projetados 20 milhões de receita  
15 própria, os quais estão sendo usados para garantir o funcionamento da Universidade.  
16 Pontuou que estamos cada vez mais distantes de poder imaginar que a geração de  
17 receita própria poderá garantir investimento na Universidade. Destacou que o  
18 orçamento da fonte 250, hoje, é o que garante a manutenção da universidade. O  
19 Conselheiro Eduardo Condé solicitou a palavra, oportunidade em que informou que os  
20 limites orçamentários apresentados pelo MEC para 2018 são basicamente os mesmos de  
21 2017. Contudo, asseverou que a situação é ainda mais complicada, pois não será  
22 possível contar com todos os recursos arrecadados a título de receita própria. Destacou  
23 que o MEC não está focado, neste momento, em investimento de capital, destacando  
24 que há a necessidade de grande investimento em obras nas universidades. Informou que,  
25 em 2017, até o momento, foram liberados 45% de limite de capital. Explicou que a  
26 expectativa é de que se libere até 60%. Ressaltou que a reserva técnica da universidade  
27 já está comprometida, com a necessidade de atender ao TAC do Central e,  
28 eventualmente, a questão da pista da Faefid. Por fim, destacou que dificilmente haverá  
29 dinheiro para investimento em equipamentos, sendo este recurso limitado ao que o  
30 Consu deliberar. A Conselheira Ana Paula Ferreira solicitou uma explicação detalhada  
31 sobre o aumento do orçamento das obras da Faefid, Facom e Central de Monitoramento,  
32 já que o mesmo inicialmente era previsto em 1,5 milhão e agora está em 5 milhões. O  
33 Senhor Presidente esclareceu que 2,5 milhões são referentes ao reconhecimento de  
34 encargos administrativos, para os quais, inicialmente, havia a expectativa de que não  
35 eram devidos. O restante do valor é referente a aspectos técnicos. Ressaltou que havia  
36 muitos erros de projeto e que as licitações foram realizadas com projetos básicos, sem  
37 projetos executivos. Sendo assim, surgiram uma série de questões técnicas decorrentes  
38 de falhas no planejamento destas obras. Pontuou que, ainda assim, foi possível reduzir  
39 em 2,5 milhões o custo do projeto original, como, por exemplo, a alteração de uma  
40 arquibancada móvel por uma fixa. A seguir, passou a palavra ao Conselheiro Tanure  
41 para mais esclarecimentos sobre o assunto. O referido Conselheiro destacou que a  
42 maioria das obras possuem problemas de projeto, explicando que, anteriormente, os  
43 mesmos eram contratados sem consulta à equipe da Proinfra. Relatou uma série de  
44 problemas técnicos de projetos identificados que impactaram no valor e administração  
45 das obras. A seguir, o Conselheiro André Silva Martins solicitou a palavra,  
46 oportunidade em que apresentou relatos de problemas técnicos de obras que reforçam os  
47 dados apresentados pelo Conselheiro Tanure. Destacou o problema hidrosanitário  
48 identificado no Jardim Botânico, que reflete os problemas de administração apresentados  
49 pelo Conselheiro Tanure. Relatou que, no Jardim Botânico, existe um vaso sanitário que  
50 não pode ser usado, pois não há ligação do mesmo com a rede de esgoto. Ressaltou que

1 este e outros problemas informados refletem a maneira como a administração das obras  
2 era realizada, resultando nestes problemas identificados, os quais surgem em um  
3 momento complexo, qual seja, um momento de crise. Neste sentido, alertou sobre a  
4 necessidade de se aprender com estes exemplos para implementar melhorias na gestão  
5 de obras. Desta forma, acentuou que hoje nota-se maior esforço de planejamento nas  
6 obras. Destacou que os problemas hoje identificados refletem a fragilidade da expansão  
7 realizada na universidade. Alertou sobre a possibilidade de o cenário piorar, tendo em  
8 vista a questão apresentada sobre a fonte 250, que, atualmente, tem sido essencial para  
9 manter a universidade. Lembrou o fato de que há estados que, devido à crise, estão  
10 atrasando pagamentos de alguns projetos e contratos via Caed. Por fim, ressaltou a  
11 importância de, neste momento de crise, que a Universidade tire os ensinamentos sobre  
12 o que é pensar a gestão e a instituição pública. Destacou a importância de se pensar na  
13 construção coletiva e, sobretudo, de refletir sobre a questão da responsabilidade. Na  
14 sequência, a professora Cristina Bezerra solicitou a palavra, oportunidade em que  
15 reforçou as considerações apresentadas pelo Conselheiro André Martins, destacando  
16 que hoje a universidade está passando por estas situações em decorrência de ações  
17 tomadas no passado sem a devida responsabilidade. Registrou seu reconhecimento pela  
18 condução atual do tema, que preza por discussões, debates coletivos e decisões  
19 compartilhadas. Lembrou que várias universidades estão transformando capital em  
20 custeio para garantir a manutenção das atividades, o que ainda não é o caso da UFJF.  
21 Destacou que a UFJF é ainda uma das poucas universidades que ainda está com obras  
22 em andamento. Reconheceu o esforço da Proinfra na manutenção das unidades  
23 acadêmicas. A Conselheira Ana Livia Coimbra solicitou a palavra, momento em que  
24 pontuou que, ao acompanhar as redes sociais, é possível tomar conhecimento do caos  
25 profundo em que se encontram as instituições de ensino. Destacou a questão do vaso  
26 sanitário do Jardim Botânico e de como este é um assunto grave, tendo em vista que há  
27 laboratórios, a Casa Sustentável e outros equipamentos ideais para o trabalho de  
28 pesquisa, mas que não podem funcionar por conta dos problemas com a conexão de  
29 água e esgoto. Ressaltou que a atual administração superior está realizando um  
30 aprimoramento dos processos de gestão pública. Desta maneira, ressaltou que é nesse  
31 contexto que entra a questão do capital. Destacou que a irresponsabilidade que se teve  
32 até determinado momento agora está impactando o desenvolvimento das atividades  
33 acadêmicas. Pontuou que a Pró-Reitoria de Extensão está trabalhando pelo  
34 desenvolvimento do Jardim Botânico, destacando, também que houve recente alteração  
35 na direção do Jardim. Asseverou que, em breve, o atual diretor irá comparecer ao  
36 Conselho Superior para apresentar o planejamento elaborado para o mesmo, para que o  
37 Conselho possa tomar conhecimento das questões acadêmicas, pedagógicas, de pesquisa  
38 e extensão do Jardim, bem como do que será feito lá, tendo em vista alguns problemas a  
39 serem resolvidos, tais como o teleférico e o trenó de montanha. Ressaltou, ao fim, que a  
40 mudança de perspectiva no tratamento com os TAE's que trabalham com infraestrutura  
41 é real, clara e afirmada por estes profissionais. Sendo assim, passou a palavra ao  
42 Conselheiro Marcos Tanure para que o mesmo possa complementar com informações  
43 acerca desta mudança de perspectiva enunciada. O Conselheiro Tanure destacou que os  
44 TAE's Reinaldo, Fábio, Rafael e Lia, que fazem parte do corpo técnico da Proinfra,  
45 assumiram o desafio da infraestrutura do Jardim Botânico, e estão elaborando um  
46 desenho visando garantir uma infraestrutura básica de água, luz e esgoto para que o  
47 Jardim Botânico possa funcionar. Na sequência, o Conselheiro Arthur Avelar solicitou a  
48 palavra, destacando que ao apresentar os dados orçamentários da UFJF em suas  
49 reuniões do Conselho Superior, a perspectiva não é ressaltar a situação de crise, mas sim  
50 criar a cultura de cobrança junto a cada diretor e órgãos representados no Conselho, mas

1 também da própria comunidade como um todo. Destacou que essa cultura, ao ser  
2 instituída, não estará agregada apenas a esta gestão, mas se perpetuará em outras gestões  
3 também. A seguir, o Conselheiro questionou se, em relação à obra do campus de  
4 Governador Valadares, foi liberado os 20 milhões iniciais da LOA. O Senhor Presidente  
5 esclareceu que no que tange ao Campus de Governador Valadares, está sendo liberado  
6 na mesma proporção, contudo, esclareceu que houve uma sinalização por parte do  
7 MEC, por meio do professor Barone, de que haveria a liberação integral do orçamento  
8 de capital, exclusivamente para a obra de Governador Valadares. Ressaltou, contudo,  
9 que é apenas uma sinalização, pois ainda não há nada de concreto. A seguir, o  
10 Conselheiro Eduardo Condé solicitou a palavra, momento em que relatou as  
11 dificuldades e frustrações quanto aos problemas que estão sendo identificados pela atual  
12 gestão, bem como quanto à dificuldade em se planejar em tempo de crise. Destacou a  
13 importância do Plano Diretor da UFJF como uma iniciativa importante para a gestão das  
14 obras no campus. Quanto ao planejamento orçamentário, reforçou a necessidade do  
15 mesmo ser construído juntamente com os diretores. Citou elementos importantes de  
16 planejamento que precisam ser viabilizados, tais como o PDTI, Plano de Logística  
17 Sustentável, Plano de Gestão de Risco, sendo, inclusive, exigências do TCU. Contudo,  
18 pontuou que, devido aos problemas e questões que já vem vindo de algum, tempo, a  
19 gestão está voltada para resolver estes problemas. O Conselheiro destacou ainda que,  
20 durante os anos em que esteve como Diretor de Unidade, no Conselho Superior, alertou  
21 sobre a importância de se atentar sobre o custeio da universidade. Pontuou que a atual  
22 gestão possui como maior desafio construir o espaço público coletivamente, através do  
23 debate acerca do custeio e orçamento da Universidade. Destacou que há a necessidade  
24 premente de estudar formas de contenção de custo. O Conselheiro Márcio Fortes  
25 questionou se, nas obras previstas para a FAC, há previsão de obras que contemplem a  
26 acessibilidade para alunos, tendo em vista que o prédio não possui estrutura para alunos  
27 cadeirantes ou com dificuldades motoras. Questionou também acerca dos prejuízos  
28 relacionados ao prazo e ao custo do teleférico e trenó de montanha, tendo em vista os  
29 erros de projetos identificados. Afirmou que a empresa foi contratada à época com base  
30 em inexigibilidade de licitação, baseada em notória especialização. O Senhor  
31 Presidente, no que tange à acessibilidade, esclareceu que a Universidade, por meio de  
32 um grupo formado por pessoas de algumas pró-reitorias e DIAVI, e tendo em vista o  
33 orçamento disponível, priorizou os casos mais emergenciais. Contudo, esclareceu que  
34 não havia como detalhar, naquele momento, quais os locais e unidades exatos destes  
35 investimentos. Quanto à questão do teleférico, esclareceu que a empresa acionou a  
36 Universidade na justiça, reclamando alguns eventos que teriam gerado prejuízo à  
37 mesma. Relatou alguns dos pontos e argumentos apresentados pela empresa na peça  
38 inicial e ressaltou que a relação com a empresa foi, portanto, judicializada e que a AGU  
39 é que está representando a Universidade nesta ação. O Conselheiro Wilhelm Passarela  
40 pediu a palavra, oportunidade em que questionou se o erro quanto às instalações  
41 sanitárias do Jardim Botânico foi um erro de projeto. O Conselheiro Marcos Tanure  
42 explicou que não foi realizado projeto de infraestrutura do Jardim Botânico, inclusive  
43 no que tange à água e esgoto. Relatou que a PROINFRA está trabalhando na solução  
44 desta questão. A seguir, a Conselheira Ana Livia Coimbra solicitou a palavra,  
45 oportunidade em que informou que, em breve, irá apresentar o novo Diretor do Jardim  
46 Botânico e que, em breve, após a discussão do planejamento, os Conselheiros poderão  
47 visitar o espaço para conhecer as potencialidades do mesmo. Na sequência, o  
48 Conselheiro Wilhelm Passarela questionou se a proposta apresentada é a que está sendo  
49 projetada. O Senhor Presidente esclareceu que sim, detalhando os valores apresentados  
50 na projeção. Ressaltou, que, inicialmente, a previsão é de que o MEC possa liberar até

1 50% do valor do orçamento de capital. Destacou que, nas previsões mais otimistas,  
2 poderia haver liberação de até 60% do orçamento. O Conselheiro Marcelo Silvério  
3 solicitou a palavra, destacando a importância de se manter o planejamento das obras,  
4 ainda que não seja possível executá-las em um primeiro momento. O Conselheiro  
5 Heronides Filho pediu a palavra, momento em que destacou a importância da equipe da  
6 PROINFRA. Na sequência, ressaltou que a categoria não concorda com o fechamento  
7 do portão no Museu de Arte Murilo Mendes, impedindo o acesso dos trabalhadores do  
8 Sindicato por dentro do Museu. A Conselheira Graça solicitou a palavra e informou que  
9 o Conselho de Unidade da Faculdade de Odontologia, dentro do planejamento  
10 orçamentário para 2018, gostaria de discutir a consideração do aluno equivalente para a  
11 distribuição de recursos. O Senhor Presidente informou ser possível incluir sim o debate  
12 desta questão, inclusive junto ao Fórum de Diretores. Destacou que o debate precisa ser  
13 realizado com cuidado, pois há unidades que, devido aos altos custos e demandas de  
14 serviços elevados, podem ter seus cursos inviabilizados. Ressaltou que há Unidades que  
15 somente a aplicação da matriz do aluno equivalente não seria suficiente para cobrir  
16 todos os custos, em especial as unidades da área de saúde. O Conselheiro André Martins  
17 pediu a palavra, oportunidade em que pontuou a necessidade de se debater sobre uma  
18 análise da evolução das matrizes das unidades, analisando como foi a distribuição dos  
19 recursos nos últimos anos para cada unidade. Na sequência o Senhor Presidente fez o  
20 encaminhamento, considerando a liberação de 50% do orçamento, conforme dados e  
21 valores apresentados ao Conselho Superior por meio de projeção (anexa a esta ata).  
22 Senhor Presidente lembrou um caso sério e preocupante, de um prédio do ensino médio,  
23 do João XXIII, que está com esquadrias e vidros com ameaça de queda. Explicou que a  
24 ideia é fazer a proteção destas esquadrias e vidros com parte da reserva técnica. O  
25 encaminhamento apresentado, pelo Senhor Presidente, quanto à distribuição de valores,  
26 foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro Marcelo Silvério questionou como  
27 ficariam as demais obras previstas nas planilhas. O Senhor Presidente informou que a  
28 ideia é trabalhar com o planejamento de médio e longo prazo, visando contemplar as  
29 demais obras, e até outras que não estão listadas na planilha, mas que precisam ser  
30 realizadas também. A seguir, dando prosseguimento às deliberações, considerando a  
31 distribuição dos recursos entre as unidades, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao  
32 Conselheiro Hélio Antônio da Silva. O referido Conselheiro esclareceu que, de acordo  
33 com o debate entre os Diretores, na divisão entre as Unidades, não serão incluídas a  
34 Facom e a Faefid. Desta forma, serão 18 Unidades a serem consideradas. Sendo assim,  
35 os valores para cada unidade ficariam distribuídos da seguinte forma: para as unidades  
36 maiores (ICH, ICB, ICE e Engenharia), R\$73.374,00 (setenta e três mil, trezentos e  
37 setenta e quatro reais) e para as menores R\$50.464,00 (cinquenta mil, quatrocentos e  
38 sessenta e quatro reais). A Conselheira Cristina Vasconcelos Furtado informou que a  
39 faculdade de Medicina, anteriormente, havia sido considerada uma unidade maior, pois  
40 havia a inclusão da Medicina Veterinária. Desta vez, a Medicina está sendo considerada  
41 uma unidade menor, pois a Medicina Veterinária, embora seja um departamento da  
42 faculdade de Medicina, é um curso que está sendo montado e, portanto, é uma  
43 atribuição da reitoria. O Conselheiro Hélio Antônio da Silva manifestou-se, informando  
44 que, anteriormente, a Medicina não foi considerada uma grande, mas que ela recebeu  
45 duas vezes o valor de R\$172.000,00 (Cento e setenta e dois mil), tendo em vista o curso  
46 de Medicina Veterinária. O Conselheiro Eduardo Condé solicitou que, até a próxima  
47 semana, fosse realizada uma nova reunião para estabelecer o padrão de compras entre as  
48 unidades. O Conselheiro Arthur Avelar solicitou a palavra e informou que o CA da  
49 Medicina Veterinária procurou o DCE, oportunidade em que os alunos apresentaram  
50 preocupação quanto à reforma do prédio no centro para utilização da Medicina

1 Veterinária. O Conselheiro Marcos Tanure esclareceu que tem acompanhado o caso da  
2 Medicina Veterinária, por meio de reuniões, e que a Universidade alugou uma clínica, o  
3 que não impactará o reconhecimento do curso. Destacou que o problema que existe  
4 apenas é em relação à biblioteca e livros. O Conselheiro Eduardo Condé informou que  
5 havia um empenho da Biblioteca Central, relacionado a uma empresa distribuidora de  
6 livros que havia quebrado, e a ideia seria utilizar este empenho para a compra dos livros  
7 da Medicina Veterinária. O Conselheiro Eduardo Condé informou, ainda, que estava  
8 retornando de férias e ainda não sabia se já havia sido efetivada tal compra, tendo em  
9 vista que o aproveitamento deste empenho dependia da recuperação judicial da empresa.  
10 A Conselheira Cristina Furtado requereu a palavra, informando que a maior parte do  
11 valor a ser recebido pela Medicina será usado no laboratório de patologia, o qual  
12 também atenderá os alunos da Medicina Veterinária. A seguir, o Senhor Presidente  
13 encaminhou para votação a distribuição dos recursos entre as Unidades Acadêmicas, de  
14 acordo com os valores apresentados (para as unidades maiores - ICH, ICB, ICE e  
15 Engenharia -, R\$73.374,00 - setenta e três mil, trezentos e setenta e quatro reais - e para  
16 as menores R\$50.464,00 - cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), sendo  
17 aprovada por maioria a proposta de alocação de recursos entre as unidades. A seguir, o  
18 senhor Presidente apresentou o encaminhamento da constituição de uma comissão para  
19 fazer um estudo dos gastos com foco na terceirização e nos grandes contratos, sendo tal  
20 encaminhamento aprovado. A seguir, o Senhor Presidente indicou os Conselheiros  
21 Eduardo Condé e Marcos Tanure como representantes da Administração Superior.  
22 Como representantes do Conselho Superior, foram indicados os Conselheiros Lourival  
23 de Oliveira Júnior e Gustavo Abdala. O Conselheiro Eron informou que os  
24 representantes do SINTUFEJUF serão escolhidos em Assembléia. O Senhor Presidente  
25 asseverou, então, que aguardará o encaminhamento dos indicados pelas entidades,  
26 lembrando que serão dois indicados de cada entidade, seguindo como padrão a  
27 constituição da comissão com dois representantes da Administração Superior, dois  
28 representantes do Consu e dois de cada entidade. Não havendo mais manifestações, o  
29 Senhor Reitor agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, secretariada por  
30 mim, Rodrigo de Souza Filho, que para constar lavrei a presente ata que dato e assino.

31  
32 Juiz de Fora, 15 de agosto de 2017.  
33  
34

35 **Rodrigo de Souza Filho**  
36 **Secretário Geral**  
37

38  
39 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**  
40 **Reitor da UFJF**  
41

42  
43 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1.	2.
3.	4.
5.	6.



7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
50.	51.

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Demanda de Capital - 2017 - Ajustes

ORÇAMENTO DE CAPITAL				
	100%	60%	50%	40%
LOA - 2017 - UFJF-Sede	R\$ 20.254.920,00	R\$ 12.152.952,00	R\$ 10.127.460,00	R\$ 8.101.968,00
LOA - 2017 - UFJF-GV	R\$ 20.000.000,00	R\$ 12.000.000,00	R\$ 10.000.000,00	R\$ 8.000.000,00

LIBERADO

OBRAS EM ANDAMENTO - Juiz de Fora						
OBRAS	Obra			Projeto Executivo		Descrição
	Estimativa de custo unitário obra	Área de obra	Valor total estimado de obra	Custo unitário de projeto	Valor do Projeto	
	R\$/m2	m2	R\$	R\$/m2	R\$	
FAEFID/FACOM/Central de Monitoramento			R\$ 5.000.000,00			Valor do Termo Aditivo para conclusão das Obras FAEFID/FACOM/Central de Monitoramento
FACOM			R\$ 700.000,00			Instalação dos Laboratórios de Rádio e Estúdio de TV, Elevador, Ar-condicionado
FAEFID			R\$ 200.000,00			Equipamentos para a nova edificação
<b>Total Geral</b>		-	<b>R\$ 5.900.000,00</b>			

Equipamentos						
Equipamentos Unidades Acadêmicas			R\$ 1.000.000,00			
Reserva técnica			R\$ 1.000.000,00			
Acessibilidade			R\$ 500.000,00			
<b>Total</b>		-	<b>R\$ 2.500.000,00</b>			

Elaboração de Projetos	R\$ 762.232,37
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.262.232,37</b>
<b>Saldo</b>	<b>R\$ 4.737.767,63</b>

Prioridade - FAEFID/FACOM/Central	R\$ 5.000.000,00
<b>Saldo</b>	<b>-R\$ 262.232,37</b>
Previsão de nova receita	R\$ 2.000.000,00
<b>Saldo</b>	<b>R\$ 1.737.767,63</b>
<b>Proposta</b>	<b>R\$ 1.849.504,27 (ICB2 - 50%/FACOM/FAEFID)</b>

UFJF - 2017

OBRAS - DEMANDAS EMERGENCIAIS
-------------------------------

OBRAS	Obra			Projeto Executivo			Descrição
	Estimativa de custo unitário obra	Área de obra	Valor total estimado de obra	Custo unitário de projeto	Valor do Projeto	PROJETO	
	R\$/m2	m2	R\$	R\$/m2	R\$		
Reforma do prédio e casa da Rua Espírito Santo para Medicina Veterinária	R\$ 1.388,56	2.595,03	R\$ 2.000.000,00	R\$ 77,56	R\$ 201.266,07	Eficácia	Reforma e ampliação do edifício localizado na rua espírito santo com o objetivo de receber o curso de medicina veterinária.
ICB 2 - Anatomia / Botânica / Bioquímica	R\$ 1.388,56	1.367,61	R\$ 1.899.008,54	R\$ 70,17	R\$ 95.966,61	Eficácia	Reformas internas e pequena ampliações da Anatomia, Botânica e Bioquímica
ICB 3 - Micro e Parasito 2º pav / Biotério / Genética / Sala de Aula Bl G1 / Anfiteatros	R\$ 1.388,56	1.022,67	R\$ 1.420.038,66	R\$ 66,24	R\$ 67.737,03	Eficácia	Reformas internas de gabinetes da Micro e Parasito (2º pav), Genética, Sala de Aula Bl G1 e Anfiteatros. Realocação do Biotério para o local onde estava o antigo herbário.
Auditórios da Engenharia	NA	NA	R\$ 300.000,00			PROINFRA	Reforma do telhado dos anfiteatros da Engenharia (prédio Itamar Franco).
Subestação Elétrica Medicina - Separação da energia do HU e de unidades acadêmicas (medicina, fisioterapia e centro de eventos da medicina)	NA	NA	R\$ 800.000,00			PROINFRA	Execução de Subestação de energia elétrica para separação do consumo de energia entre o Hospital Universitário e as unidades acadêmicas (Medicina e Fisioterapia). Execução de contenção de talude em área próxima a Subestação de energia entre a Medicina e a Fisioterapia.
CRITT / FAEFID - Drenagem de águas pluviais	NA	NA	R\$ 676.774,17			PROINFRA	Execução de projetos e obras para recomposição de erosão e direcionamento de águas pluviais na mata entre o CRITT e a FAEFID.
ICE anfiteatro	R\$ 1.388,56	880,00	R\$ 1.221.932,80			PROINFRA	Solução para estabilizar a estrutura dos anfiteatros do ICE que apresenta várias patologias estruturais que ocasionaram a interdição dos anfiteatros.
<b>Total Geral</b>		<b>5.865,31</b>	<b>R\$ 8.317.754,17</b>		<b>R\$ 364.969,71</b>		

OBRAS - Equipamentos Culturais							
OBRAS	Obra			Projeto Executivo			Descrição
	Estimativa de custo unitário obra R\$/m2	Área de obra m2	Valor total estimado de obra R\$	Custo unitário de projeto R\$/m2	Valor do Projeto R\$	PROJETO	
Pró-Musica	R\$ 1.388,56	1.829,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 72,37	R\$ 132.364,73	Eficácia	Reforma do teatro e sua galeria de acesso, sendo contemplado o projeto e obras de combate e prevenção a incêndio.
Reforma do Fórum da Cultura	R\$ 1.388,56	895,00		R\$ 37,60		A PROINFRA irá revisar os Projetos	A equipe da Proinfra tem que identificar e revisar os projetos de reformas e ampliações do Fórum da Cultura.
CINE THEATRO CENTRAL PSCIP	NA	3.562,38	R\$ 500.000,00	R\$ 37,60	R\$ 133.945,49	Eficácia	Execução de projeto e obras de adequações de combate e prevenção de incêndio no Theatro Central, conforme termo de ajustamento de conduta assinado pelo Pró reitor da PROINFRA.
<b>Total Geral</b>		<b>6.286,38</b>	<b>R\$ 1.500.000,00</b>		<b>R\$ 266.310,22</b>		

NOVAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO - Juiz de Fora							
OBRAS	Obra			Projeto Executivo			Descrição
	Estimativa de custo unitário obra R\$/m2	Área de obra m2	Valor total estimado de obra R\$	Custo unitário de projeto R\$/m2	Valor do Projeto R\$	PROJETO	
Construção de prédio de salas de aulas para as Faculdades de Farmácia, Enfermagem e Odontologia	R\$ 2.200,00	1.373,00	R\$ 3.020.600,00	R\$ 73,78	R\$ 101.298,35	Eficácia	Execução de prédio com salas de aula para compartilhamento entre unidades acadêmicasfarmácia, conforme demanda do curso.
Salas de aula IAD + passarela	R\$ 2.200,00	396,64	R\$ 872.608,00	R\$ 74,76	R\$ 29.654,09	Eficácia	Execução de salas de aula e de passarela de ligação, conforme demanda do Instituto.
<b>TOTAL</b>		<b>1.769,64</b>	<b>R\$ 3.893.208,00</b>		<b>R\$ 130.952,44</b>		

Equipamentos/Aquisição de Imóvel/OBRAS DE CONSTRUÇÃO- GOVERNADOR VALADARES							
OBRAS/Aquisição de Imóvel	Obra			Projeto Executivo			Descrição
	Estimativa de custo unitário obra	Área de obra	Valor total estimado de obra	Custo unitário de projeto	Valor do Projeto	PROJETO	
	R\$/m2	m2	R\$	R\$/m2	R\$		
Santa Rita	R\$ 2.200,00	2.660,58	R\$ 5.853.276,00	R\$ 80,47	R\$ 214.096,87	Eficácia	Execução de prédio com salas de aulas, laboratórios, gabinetes e áreas administrativas, conforme demanda do Campus.
FAGV			R\$ 11.500.000,00				
Equipamentos			R\$ 3.000.000,00				
<b>Total</b>		<b>2.660,58</b>	<b>R\$ 20.353.276,00</b>		<b>R\$ 214.096,87</b>		

Resumo	Estimativa de custo unitário obra	Área de obra	Valor total estimado de obra (1)	Custo unitário de projeto	Valor do Projeto (2)	Total (1) + (2)
Juiz de Fora		13.921,33	R\$ 22.110.962,17		R\$ 762.232,37	R\$ 22.873.194,54
GV		2.660,58	R\$ 20.353.276,00		R\$ 214.096,87	R\$ 20.567.372,87
<b>Total</b>		<b>16.581,91</b>	<b>R\$ 42.464.238,17</b>		<b>R\$ 976.329,24</b>	<b>R\$ 43.440.567,41</b>

**Legenda**

	Investimentos aprovados pelo CONSU
	Ajuste do custo da obra - prioridade de investimento com o saldo atual
	Prioridades de investimentos para previsão de liberação de mais 10% de orçamento
	Possibilidade de utilização de empenho genérico e restos a pagar
	Previsão de receita (10% do orçamento)